

EDUCAÇÃO FEMINISTA ATRAVÉS DE ATIVIDADES EDUCATIVAS EMANCIPATÓRIAS: A NECESSIDADE DE UM PROJETO IDENTITÁRIO E EMANCIPATÓRIO PARA AS MULHERES

Larissa Gomes Pereira ¹
Niágara Vieira Soares Cunha ²

RESUMO

Dentro da sociabilidade capitalista qual é o papel das mulheres? Que locais elas ocupam? Como elas entendem a origem de suas (im)possibilidades? Por meio de uma construção histórica ou por um destino fatídico? Partindo de uma leitura histórica marxista, este estudo pretende discutir a urgência da construção de uma educação feminista que corrompa os interesses do Capital, entendendo que este se alimenta da exploração, sendo o trabalho doméstico e reprodutivo o alicerce da renovação da força de trabalho. Alicerçadas no materialismo histórico-dialético, extraímos as múltiplas determinações que cercam o objeto de pesquisa. Para isso, cumprimos dois momentos, o de investigação e de exposição, o qual se efetivou por meio de um levantamento com base no concreto idealizado através do fenômeno investigado e por conseguinte, a exposição analítica que foi realizada utilizando a análise dialógica de Bakhtin. Assim, com base nos escritos de Lerner (2019); Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) foi discutido o caráter organizacional e emancipatório do feminismo marxista atravessados pelo desafio histórico da Crise do Capital em Mészáros. Nesse sentido, em concordância com Tonet (2014) procurou-se promover possíveis caminhos, através da conceituação de atividades educativas emancipatórias, a serem utilizados com o objetivo de possibilitar uma educação feminista que atenda a necessidade de projeto identitário, com base na história das mulheres, que promova emancipação por meio da conscientização de seu papel revolucionário.

Palavras-chave: Feminismo marxista, Trabalho doméstico, Trabalho reprodutivo, Classe trabalhadora, Educação emancipatória.

INTRODUÇÃO

A raiz da vulnerabilidade das mulheres tem vários pilares, sendo alguns deles: econômica, profissional, política e racial. Mulheres de todo o mundo se encontram subjugadas aos homens, em níveis diversos em que estes podem requisitar ou mesmo forçar serviços sexuais, além de que algumas são controladas e subjugadas a situações desumanizadoras por dependência econômica. A depender da cultura, a mulher responde ao empregador, ao marido e é entendida como propriedade, sem voz ou direitos.

As mulheres são propensas a serem forçadas a escolher entre não ter onde morar ou continuar em relacionamentos abusivos, a permanecerem sendo vítimas de violência doméstica por causa dos filhos. Enquanto também existem as mais diversas justificativas para

¹Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, imlarissagomesp@gmail.com;

²Professora orientadora: Doutora em Educação, Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, niagara_vieira@uvanet.br.

a violência contra aquelas que não conseguem se adaptar aos papéis e as identidades normativas de gênero (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019).

Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) exemplificam que o primeiro beneficiário desse arranjo é, sem dúvidas, o capital. No entanto, as mulheres ficam sujeitas a violação, primeiro, nas mãos de parentes próximos e nas relações pessoais; e, segundo, nas mãos de agentes do capital. Destacam também que, em todo o mundo, as mulheres são as primeiras vítimas da ocupação colonial e da Guerra, enfrentam assédio sistêmico, estupro político, escravidão, assassinato, mutilação das pessoas que amam e a destruição de infraestruturas que, antes de mais nada, lhes permitiam prover a própria subsistência e de sua família.

Partindo do entendimento que a subordinação de mulheres perdura há séculos, é importante afirmar que o capitalismo não foi o primeiro sistema que gerou essa situação, porém, desenvolveu e aperfeiçoou uma noção de subordinação de mulheres ao estabelecer um modelo de estruturas institucionais (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019). Tendo consciência da construção histórica que estruturou a subordinação da metade do gênero humano e compreendendo que é preciso analisar suas múltiplas determinações, procuramos destrinchá-la a partir do materialismo histórico-dialético, por ser um tema caro a nós.

Assim, como compreender a relação entre a opressão de mulheres e o capitalismo? Ao separar a produção de pessoas da obtenção de lucro, atribuindo o trabalho reprodutivo às mulheres, o capitalismo reinventou a opressão das mulheres. Porém, a perspectiva neoliberal, partindo de um entendimento da Crise do Capital em Mészáros (2011), vem exigindo mais horas de trabalho remunerado por unidade familiar e menos suporte estatal à assistência social, pressionando as famílias até o limite, comunidades e acima de tudo mulheres.

Bhattacharya (2019) elucida que o papel mantenedor das mulheres na reprodução social produz pessoas para o trabalho e renova as forças da classe trabalhadora, todavia, esse trabalho essencial, entendido como naturalizado ao gênero feminino, não é remunerado. Ou seja, as mulheres carregam nas costas e no ventre a força motriz da economia capitalista, as filhas e filhos da classe trabalhadora, mas não são prestigiadas por esse trabalho.

Importante ressaltar, que é gasto uma grande quantidade de tempo e recursos necessários para dar à luz, cuidar e manter seres humanos, e que “a sociedade capitalista não confere nenhum valor a esse trabalho mesmo dependendo dele” (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p.106). Diante disto, aqui podemos pontuar outro elemento importante, o de compreendermos a importância do trabalho das mulheres para a sociabilidade capitalista.

Nesse sentido, as lutas em torno da reprodução social ocuparam o centro do palco de nossa sociabilidade, mas é preciso que as mulheres tenham consciência disso e “formem a

linha de frente de projetos com potência de alterar a sociedade por completo” (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p.56). Nessa perspectiva, “as greves demonstram enorme potencial político do poder das mulheres: o poder daquelas cujo trabalho remunerado e não remunerado sustenta o mundo” (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019, p.33).

Contudo, as trabalhadoras não parecem estar cientes de seu papel na revolução, muito menos do poder que têm de parar a roda do capitalismo, pois, uma greve geral de mulheres pararia o sistema. Ou seja, é preciso ultrapassar a estória criada, que as mulheres possuem um destino fatídico. Porque entendemos que, ao contrário, as raízes de suas impossibilidades sociais encontram-se explicadas na história, não são dadas a priori. À vista disso, é preciso que a história das mulheres seja apropriada pela humanidade.

Partindo desse entendimento, este trabalho teórico expõe o que o feminismo marxista tem produzido para colaborar na organização e emancipação das mulheres, além de propor a promoção de seus ideais por meio de Atividades Educativas Emancipatórias com a finalidade de construir um projeto identitário para as mulheres e emancipatório para a humanidade.

METODOLOGIA

O materialismo histórico-dialético foi utilizado como referencial teórico-metodológico de nossa pesquisa, do qual procurou-se extrair as múltiplas determinações que compõem a problemática acerca da questão feminista de caráter emancipatório. Para isso, cumprimos dois momentos, o de investigação e de exposição, o qual se efetivou por meio de um levantamento com base no concreto idealizado através do fenômeno investigado e por conseguinte, a exposição analítica que foi realizada utilizando a análise dialógica de Bakhtin.

Assim, a pesquisa ocorreu por meio do processo de investigação e exposição. Primeiro, foi realizada a investigação do objeto e depois a exposição dos achados. Após essas etapas, a partir da análise dialógica de Bakhtin, partindo do que afirma Rohling (2014), não podemos falar de uma neutralidade e pré-determinismo, pois, o processo de pesquisa, é permeado por um horizonte valorativo. Valorativo, pois a seleção que constitui um dado objeto tem a pretensão de interpretá-lo. Analisando o já dito, o pesquisador pode traduzir e transmitir o que quer dizer, preponderante nas suas escolhas durante o processo de pesquisa, que vão desde a escolha desse objeto até o relato da análise dos dados (Rohling, 2014).

Destri e Marchezan (2021, p.4) explicam que a análise bakhtiniana “permite que o pesquisador desenvolva um modo alternativo de abordar os discursos, as relações sociais, a vida, a cultura”. Assim, a partir do problema da pesquisa com base nos escritos de Bhattacharya (2019), Lerner (2019); Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) foi analisado o

caráter organizacional e emancipatório do feminismo marxista atravessados pelo desafio histórico da Crise do Capital em Mészáros (2011).

Além disso, partindo da necessidade prática da questão de uma educação feminista emancipatória, foi adicionado como caminho possível com a proposta de Tonet (2014), acerca das Atividades Educativas Emancipatórias, tendo o intuito de promover um caminho possível para a resolução da problemática. A escolha dessas autoras e autores ocorreu por eles partirem do materialismo histórico-dialético na análise de seus objetos de estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para analisar o feminismo precisamos expor que os movimentos feministas apresentam contradições entre si. A grande mídia e a sociedade em geral, continua a equiparar as lutas feministas, em suas divergências e complexidades, com o feminismo liberal. No entanto, o feminismo marxista e o liberal são extremamente divergentes, pois, o feminismo liberal tem como fim a meritocracia, já o feminismo marxista, a emancipação.

O feminismo liberal aparentemente parece ter vencido ao colocar algumas mulheres no topo, mas na verdade “o feminismo liberal oferece o alibi perfeito para o neoliberalismo, ocultando políticas regressivas sobre uma obra de emancipação, ele permite que as forças que sustentam capital global retratem a si mesmo com progressistas” (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p.39). Nesse sentido, concordando com as autoras, é preciso delimitar que o feminismo de caráter emancipatório, que parte do materialismo histórico-dialético, não se aproxima em nada com o feminismo liberal, os dois são essencialmente antagônicos. Assim, ao falarmos de emancipação feminina estamos alicerçadas na definição de Lerner (2019)

A expressão emancipação da mulher significa: liberdade das restrições opressivas impostas pelo sexo; autodeterminação; e autonomia. Liberdade das restrições opressivas impostas pelo sexo significa liberdade das restrições biológicas e sociais. Autodeterminação significa ser livre para decidir o próprio destino; ser livre para definir seu papel social; ter a liberdade de tomar decisões referentes ao próprio corpo. Autonomia significa conquistar o próprio *status*, não obtê-lo por meio de herança ou casamento; significa independência financeira; liberdade de escolher seu estilo de vida e vivenciar sua orientação sexual - tudo isso sugere uma transformação radical de valores, teorias e instituições existentes. (Lerner, 2019, p. 287)

Destarte, Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) retomam a história da humanidade para nos lembrar que as duas grandes revoluções da era moderna, a Francesa e a Rússia, começaram com motins liderados por mulheres por causa de pão. No entanto, para captar essa questão, é preciso entender sobre o processo estrutural do capitalismo, e este não é meramente

um sistema econômico, mas uma ordem social institucionalizada, ou seja, abrange relações aparentemente não econômicas e práticas que mantêm a economia oficial.

A engrenagem que sustenta o capitalismo, na forma de trabalho assalariado e produção de bens para consumo é possibilitada por muito trabalho de reprodução social, através das mulheres que mantêm a hierarquia na execução de atividades que permitem a regeneração da força de trabalho. Além de majoritariamente as mulheres, outros ocupam essa base de sustentação como as famílias, as comunidades, a extração da natureza, projetos sociais de lazer, etc (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019).

Embora, Marx tenha sido frustrantemente silencioso sobre o papel das mulheres na produção do capital, partindo do entendimento que a força de trabalho produz valor, é importante delimitar que as mulheres produzem e regeneram a classe trabalhadora, sendo assim, delas é o papel de manter a ordem do Capital através da expropriação de seus trabalhos regenerativos. Pois, “certamente os trabalhadores não brotam do chão e chegam ao mercado frescos e prontos para vender sua força de trabalho para o capitalista” (Battacharya, 2019, p.102), mas pouco se fala sobre o trabalho essencial das trabalhadoras. Assim, segundo a autora, precisa ser do entendimento geral que a força de trabalho é reproduzida por três processos interconectados:

1. Atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra.
2. Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção - isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego.
3. Reprodução de trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz. Essas atividades, que formam a própria base do capitalismo já que reproduzem o trabalhador, são feitas sem cobrança nenhuma para o sistema pelas mulheres e homens dentro do lar e na comunidade. (Battacharya, 2019, p.103)

Em adesão à discussão, Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) demonstram que o capitalismo sempre criou classes de seres humanos racializados, que tem suas vidas desumanizadas e seu trabalho submetido a expropriação. Por isso, o feminismo de caráter emancipatório engloba a classe trabalhadora como um todo, partindo do entendimento que o feminismo marxista é anti-capitalista.

Lerner (2019), a partir de seus estudos, demonstrou que na história a escravidão para as mulheres tinham especificidades horrendas: 1. o desespero das mulheres aumentava a sensação de poder de seus captores, principalmente, quando combinado com o estupro; 2. se uma mulher fosse capturada com os filhos, sujeitaria quaisquer condições impostas pelos

captadores para garantir a sobrevivência deles; 3. se não tivesse filhos, o estupro ou uso sexual logo a faria engravidar, e a experiência mostraria os captadores que as mulheres suportariam e se adaptariam a escravidão na esperança de salvar os filhos. Para a autora, parte da história da humanidade é escrita através da escravização de mulheres.

A invenção cultural da escravidão baseia-se tanto na elaboração de símbolos de subordinação das mulheres quanto na conquista real de mulheres. Subjugando mulheres do próprio grupo, e depois mulheres prisioneiras, os homens aprenderam o poder simbólico do controle sexual sobre os homens e elaboraram a linguagem simbólica na qual expressam dominância e criaram uma classe de pessoas escravizadas do âmbito psicológico (Lerner, 2019, p. 116).

A humilhação e desumanidade da violência sexual contra mulheres produziu uma estrutura de terror. Sobre esse tema, Lerner (2019) demonstrou as mais bárbaras informações, como por exemplo: “Mulheres escravas, estupradas pelos pretendentes, são mortas pela desonra que trouxeram à casa do senhor” (Lerner, 2019, p.136); “As vítimas de estupro são culpadas; são desonradas por serem desonrosas. A violação cometida contra elas não configura estupro ou crime sexual, mas um crime de propriedade contra o senhor, que é dono delas.” (Lerner, 2019, p.136); “Todas as várias leis contra o estupro incorporavam o princípio de que a parte lesada era o marido ou o pai da mulher estuprada. A vítima tinha obrigação de provar que havia resistido ao estupro lutando ou gritando.” (Lerner, 2019, p.155).

Além disso, a forma como os homens lidavam com o estupro era uma revitimização desumana, um exemplo é pontuado por Lerner (2019, p.156) “Se o estuprador não tiver esposa, deverá pagar o preço de uma virgem ao pai, casar-se com a moça e saber que jamais poderá se divorciar dela. Se o pai da moça não concordar, ele deverá aceitar a multa em dinheiro e dar a filha a quem ele quiser.”. Assimilar este apontamento histórico é devastador, imaginar que a resolução para um crime de violência sexual contra uma mulher era, e ainda é, em muitas culturas, a eterna revitimização da vítima.

Destarte, o Estado também foi formado através da subordinação de mulheres, o código de Hamurabi, por exemplo, marca o início da institucionalização da família patriarcal como um aspecto do poder do Estado e refletia uma sociedade de classes na qual os homens detinham o poder. Por isso, Lerner (2019, p.182) afirma que “a regulamentação sexual das mulheres é subjacente à formação de classes e um alicerce que sustenta o Estado”. Assumindo essa questão, podemos delimitar que a opressão de classe é distinta para homens e mulheres

Do período inicial do desenvolvimento de classes até o presente, a dominância sexual de homens de classe mais alta sobre mulheres de classe mais baixa é o próprio símbolo da opressão de classe das mulheres. Sem sombra de dúvidas, a opressão de classe jamais pode ser considerada equivalente para homens e mulheres. (Lerner, 2019, p.126)

Lerner (2019) explica que enquanto os homens pertenciam a famílias ou linhagens, as mulheres pertenciam a homens que adquirissem direitos sobre elas “uma vez privadas da proteção de um parente homem por razão de morte, separação ou por não ser mais desejada como parceira sexual, a mulher se torna marginalizada” (Lerner, 2019, p.113). Assim, dependendo da proteção masculina, tendo apenas a possibilidade de se ligar a um homem, há mulheres que se empenham para conseguir o melhor acordo possível para ela e seus filhos.

Ademais, as mulheres podiam acabar destinadas a prostituição se seus parentes precisassem vendê-las para a escravidão ou se seus maridos falidos desejassem usá-las dessa maneira. Ou seja, pela mudança de *status* dele, contra a vontade e sem ter feito nada, passar de mulher respeitável para escrava por dívida ou prostituta. As filhas dos pobres ocupavam esse espaço inóspito de exploração sexual, mas com a regulamentação sexual de mulheres da classe que possuíam propriedades, esse público torna possível a conquista de recursos financeiros sob a égide de vender a virgindade das filhas (Lerner, 2019).

Outro ponto, acerca da história das mulheres é que biologicamente a mulher dá à luz, produz novos seres, mas a cultura, ou melhor, os símbolos produzidos pelos homens retiraram da mulher esse poder, com a morte simbólica das deusas. Lerner (2019, p.188) afirma que “o poder da criação e da fertilidade é transferido da Deusa para o Deus”. A religião cristã, por exemplo, contribuiu para a subordinação das mulheres, pois, para além do mal ter entrado no mundo pelo pecado de uma mulher, como conta a estória bíblica, o Deus, remete a linguagem que demarca o masculino como ser de poder e criação, enquanto a mulher fica fadada a vergonha pela queda da humanidade.

Dessa forma, em mundo no qual são desvalorizadas, as mulheres carregam o estigma da insignificância e a culpa por essa posição. Acerca dessa questão, Lerner (2019, p.228) expõe “A criação da mulher pela costela de Adão é interpretada em seu sentido mais literal há milhares de anos, para indicar a inferioridade da mulher concebida por Deus”. O que demarca a participação da religião, aqui a cristã, na narrativa bíblica que “pela vontade de Deus, as mulheres eram incluídas em Sua aliança apenas pela mediação de homens”, assim, a Deusa-mãe passa a ser subordinada ao Deus-pai sob o patriarcado (Lerner, 2019, p.244).

Para nós, de acordo com a bíblia, é o homem que vive e age na história. Compreendendo a estória bíblica como uma construção simbólica, podemos discutir o peso que essas ideias tomaram na estrutura social vigente. Portanto, nas sociedades nas quais as mulheres foram subordinadas em termos econômicos, educacionais e legais, a religião cristã, por exemplo, promove diretamente uma visão distorcida sobre os papéis da mulher em relação ao homem.

Acerca dos papéis direcionados pelo gênero, Lerner (2019) pontua que a desigualdade entre homens e mulheres foi construída, é estruturada e disseminada pela linguagem. Assim, a ideia de gênero se tornou uma metáfora que define as relações de poder a fim de mistificá-las e torná-las invisíveis. Porém, é preciso demarcar que as mulheres estão em condições sociais e econômicas que impedem a organização por tomada de consciência por motivos distintos.

Na sociedade de classes, é difícil para as mulheres que têm algum poder - ainda que limitado e circunscrito - enxergarem a si mesmas também como desfavorecidas e subordinadas. Os privilégios de raça e de classe servem para destruir a capacidade das mulheres de se enxergarem como parte de um grupo conexo, o que de fato não são, uma vez que mulheres de todos os grupos oprimidos existem em todas as camadas da sociedade. A formação de uma consciência de grupo de mulheres deve ocorrer ao longo de diferentes linhas. Essa é a razão pela qual formulações teóricas apropriadas a outros grupos de oprimidos são tão inadequadas ao explicar e conceituar a subordinação das mulheres. Há milênios, as mulheres participam do processo da própria subordinação por serem psicologicamente moldadas de modo a internalizar a ideia da própria inferioridade. A falta de consciência da própria história de luta e conquista é uma das principais formas de manter as mulheres subordinadas. (Lerner, 2019, p. 268)

Lerner (2019) enfatiza que o mito de que as mulheres estão à margem da criação da história e da civilização afetou de forma profunda a psicologia de mulheres e homens, porque dividiu os dois, produzindo um sistema de símbolos que dá ao homem uma visão distorcida do seu lugar na sociedade humana e no universo. “As mulheres não tinham história - assim disseram a elas, e assim elas acreditaram. Desse modo, foi a hegemonia dos homens sobre o sistema de símbolos que, de forma mais decisiva, prejudicou as mulheres.” (Lerner, 2019, p.269), ou seja, a autora nos lembra que precisamos entender que o homem não é o parâmetro do que é humano, mulheres e homens são.

Partindo da ideia que a humanidade é composta por mulheres e homens, compreendemos a necessidade de produzir uma educação para a humanidade. Tonet (2014) afirma que é inviável organizar o modelo de educação atual com o fim de conferir-lhe um caráter emancipador, no entanto, propõe que é possível realizar atividades educativas de caráter emancipador, sendo os cinco requisitos para a realização dessas atividades:

- 1) conhecimento acerca do fim a ser atingido (a emancipação humana);
- 2) apropriação do conhecimento acerca do processo histórico e, especificamente, da sociedade capitalista;
- 3) conhecimento da natureza específica da educação;
- 4) domínio dos conteúdos específicos a serem ensinados;
- 5) articulação das atividades educativas com as lutas, tanto específicas como gerais, de todos os trabalhadores.

(Tonet, 2014, p.10)

Assim, segundo Tonet (2014) mesmo no interior do processo educativo, que também pode acontecer na escola, mas não somente nela, é possível produzir Atividades Educativas Emancipatórias que possam efetivamente contribuir para a emancipação humana. Vale

destacar também que o intuito da promoção dessas atividades perpassa o interesse por emancipação humana, ou seja, uma forma de sociabilidade, situada para além do capital, na qual as mulheres e os homens serão livres, isto é, controlarão “de maneira livre, consciente, coletiva e universal o processo de produção da riqueza material (o processo de trabalho sob a forma de trabalho associado) e, a partir disso, o conjunto da vida social” (Tonet, 2014, p.11). Ou seja, “são atividades que estão articuladas, de modo direto ou indireto, com a luta pela superação do capitalismo e construção de uma sociedade plenamente emancipada, isto é, comunista” (Tonet, 2014, p.23).

Nessa perspectiva, o caráter das Atividades Educativas Emancipatórias é propício à discussão do feminismo marxista, pois, as duas linhas almejam a criação de caminhos para a emancipação humana. Assim, se segundo Tonet (2014, p.12) “o caráter emancipador de qualquer atividade resultará de sua conexão, direta ou indireta, com o objetivo final, isto é, neste caso, com a construção de uma sociedade plenamente livre”, é possível se utilizar da articulação da Atividades Educativas Emancipatórias para produzir a discussão da história das mulheres pelas mulheres, a fim de promover a produção de um projeto identitário que dê munção as trabalhadoras acerca do próprio papel na construção de uma nova sociedade.

Entendemos que não é um processo fácil, pois como afirma Tonet (2014, p.14-15):

(...) este acesso ao conhecimento e a uma determinada formação, garantido pelo ato que funda a sociedade burguesa, passa, então, a ser uma arma de dois gumes. De um lado, pode favorecer os interesses da burguesia; de outro lado, também pode favorecer os interesses do proletariado. Daí porque o controle, não só político e administrativo, mas também ideológico, do processo educativo é de capital importância para que a burguesia possa manter-se como classe dominante. Daí, também, porque a luta contra esse controle é de grande importância para que o proletariado possa levar adiante o seu projeto societário. De forma limitada, mas é possível, pois uma coisa é certa: não basta à classe trabalhadora ter acesso aos conteúdos tradicionais. A classe trabalhadora tem necessidade de um conhecimento de caráter revolucionário, isto é, de um conhecimento que lhe permita compreender o conjunto do processo histórico de tal modo que ela se veja como sujeito capaz de transformar radicalmente o mundo.

Tonet (2014) afirma que o conhecimento de caráter revolucionário permite compreender qualquer objeto de estudo, seja natural ou social, como um momento do processo de construção da totalidade do ser social. Assim, é esperado que se as pessoas entenderem a centralidade da questão do trabalho, da desumanização e das desigualdades produzidas pela expropriação deste, elas se organizem contra o sistema capitalista. Afinal, é a classe trabalhadora quem produz tudo e ela precisa voltar para a direção da locomotiva, pois,

(...) é a classe operária – que deveria conduzir e nortear toda a luta contra o capital e contra o Estado. É esta situação que, a meu ver, confere o específico sentido e a específica importância à questão das atividades educativas de caráter revolucionário.

Pois, mesmo diante de uma situação tão difícil, mesmo que o espaço para a realização dessas atividades seja muito estreito, ele existe e pode e deve ser aproveitado. (Tonet, 2014, p.18)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nossa análise do feminismo marxista a partir das autoras citadas demonstrou a base histórica da subordinação das mulheres, assim como, o poder simbólico e material que estrutura a sociedade em um modelo patriarcal que impossibilita o pleno desenvolvimento feminino, pois explora mulheres e as desumaniza. Isto posto, entendemos em Tonet (2014) uma possibilidade de articular um aspecto da luta feminista marxista, que delimitamos aqui como uma necessidade de retomar a história das mulheres para produzir um projeto identitário com o intuito de promover emancipação feminina através da consciência das múltiplas determinações que as subordinam. Pois, a consciência crítica tem o poder de articular a classe trabalhadora e essa articulação se constrói através de uma consciência histórica.

Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) aspiram um feminismo com desdobramentos que atinjam as raízes capitalistas da barbaridade metastática. Mészáros (2011), acerca da crise estrutural do capital, afirmou a impossibilidade de uma reforma capaz de humanizar o capital, tendo em vista, sua ordem de exploração. Assim, Mészáros (2011) aponta que apenas a destruição do próprio sistema poderia salvar a humanidade da crise ecológica e humanitária que se aproxima. Sendo essa a forma possível e destino histórico do proletariado, recusar sacrificar o bem-estar da maioria a fim de proteger a liberdade da minoria, a luta pelas necessidades e pelos direitos da maioria. É sobre esta luta que estamos falando.

Essa luta envolve pensar mulheres pobres, da classe trabalhadora, mulheres racializadas, migrantes, *queer*, com deficiência, entre outras. Porém, não é só isso que o feminismo para os 99% almeja, esse feminismo não se limita às questões das mulheres, mas sim, à todas as pessoas que são exploradas, dominadas e oprimidas, ele tem como objetivo se tornar uma fonte de esperança para a humanidade (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019).

Partindo das autoras citadas foi possível verificar que o feminismo de caráter marxista, ao analisar historicamente a evolução da sociedade capitalista, atravessada pela Crise estrutural do capital que atinge de forma mais dura os mais vulneráveis, afirma a necessidade de que as mulheres tenham consciência da própria história de subordinação e da impossibilidade do sistema funcionar sem o trabalho de reprodução social. Tal apropriação da realidade possibilitaria uma mudança radical na percepção de uma população que se encontra subordinada a uma sociedade que explora e culpabiliza a própria mulher por seu destino.

Nessa perspectiva, entendemos como possibilidade de construção para essa consciência feminista de caráter marxista à educação. No entanto, como afirma Tonet (2014), a educação por si só não produz emancipação, porém, dentro da lógica contraditória do sistema capitalista, é possível produzir atividades de caráter emancipador, que promovam a apropriação histórica necessária para um desenvolvimento crítico capaz de produzir na classe trabalhadora formas mais articuladas de organização contra o capital.

Em Tonet (2014), entendemos que são variados os espaços para a realização das Atividades Educativas Emancipatórias, ou seja, é possível organizar grupos de estudos nas escolas, universidades, comunidades, etc. Nessa perspectiva, propomos a produção de tais atividades relacionando a questão feminista e o resgate histórico da luta das mulheres, dentro do ponto 5 que as constitui “articulação das atividades educativas com as lutas, tanto específicas como gerais, de todos os trabalhadores” (Tonet, 2014).

Reafirmamos Lerner (2019), acreditando que quando as condições históricas são adequadas, e as mulheres têm tanto o espaço social quanto a experiência cultural favoráveis para embasar seu novo entendimento, a consciência feminista se desenvolve. Para Lerner (2019) ocorrem em estágios diferentes como: 1. consciência da injustiça; 2. desenvolvimento da noção de irmandade; 3. definição autônoma pelas mulheres de suas metas e estratégias para mudar a própria condição; e 5. desenvolvimento de uma visão alternativa do futuro. Dessa forma, é possível produzir condições de organização das trabalhadoras e, conseqüentemente, da classe em si.

Segundo Lerner (2019), ensinaram as mulheres que elas não tinham história, assim aprenderam e assim acreditaram. Entendendo que a luta de classes é também uma luta pelo controle dos sistemas de símbolos de determinada sociedade, afirmamos que o capital mantém essas ideias estruturais, sendo preciso combatê-las. Por isso, se mulheres não têm história ou possibilidades de mobilização, elas também podem tender a pensar que não tem alternativas de futuro. No entanto, o que pode vir a acontecer se as mulheres tiverem consciência crítica acerca da estrutura que as oprime? Se as trabalhadoras soubessem que seu trabalho não pago, expropriado e tão desvalorizado, mantém o sistema que se sustenta sobre a subordinação de seus corpos - o que elas fariam?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se afirmando a necessidade de organizar as trabalhadoras, por meio de um projeto identitário que resgate a historicidade do gênero feminino e promova uma consciência não só da subordinação do gênero feminino na atualidade, mas principalmente, da potência

que apenas as reprodutoras tem de barrar a engrenagem do capital. Pois, como afirmou Lerner (2019, p.271) “uma vez que o pensamento das mulheres foi aprisionado a uma estrutura patriarcal limitante e errônea, a transformação da consciência das mulheres sobre nós mesmas e nosso pensamento são uma precondição para a mudança.”.

Nesse sentido, por meio das atividades educativas de caráter emancipador, formuladas por Tonet (2014), esta pesquisa pretende promover a disseminação dessa forma de organização dos trabalhadores, que sai da academia, mas pretende ser acessível à classe proletária em si. Pois, entendemos, que o feminismo marxista, não só busca, mas constrói possibilidades para a emancipação humana. Concluimos reafirmando Lerner (2019, p.294)

É apenas por meio da descoberta e do reconhecimento de suas raízes, seu passado, sua história, que as mulheres, assim como outros grupos, tornam-se capazes de projetar um futuro alternativo. A nova visão das mulheres exige que elas sejam colocadas no centro, não apenas de eventos, onde sempre estivemos, mas do trabalho universal de reflexão. As mulheres estão exigindo, como fizeram os homens durante o Renascimento, o direito de definir, o direito de decidir.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, C; BHATTACHARYA, T; FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, n. 32, 2019. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2023.

DESTRI, A; MARCHEZAN, R. Análise dialógica do discurso: uma revisão sistemática integrativa. **ABRALIN**, p. 1–1, 2021. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1853>>. Acesso em: 29 ago. 2023.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão de mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

MÉSZÁROS, I. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ROHLING, N. A pesquisa qualitativa e análise dialógica do discurso: caminhos possíveis. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 44–60, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/7561>>. Acesso em: 29 ago. 2023.

TONET, I. Atividades educativas emancipadoras. **Práxis Educativa**, v. 9, n. 1, p. 9–23, 2014. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/5298>>. Acesso em: 4 set. 2023.